

Cassio Roberto CONSERINO
Fernando Henrique de Moraes ARAÚJO

CRIME
ORGANIZADO e
LAVAGEM
DE DINHEIRO
teoria e
jurisprudência

2022



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Capa e Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Imagens de capa: www.shutterstock.com.br – 100393892 e 1577045077

A663c Araújo, Fernando Henrique de Moraes.
Crime Organizado e Lavagem De Dinheiro: Teoria e Jurisprudência / Cassio Roberto Conserino e Fernando Henrique de Moraes Araújo – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

624 p.

Bibliografia
ISBN 978-65-5680-773-7

1. Direito Penal. I. Araújo, Fernando Henrique de Moraes. II. Conserino, Cassio Roberto. III. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

PARTE I

LEI DO CRIME ORGANIZADO (LEI N. 12.850/13)

Capítulo 1 – ESCORÇO NORMATIVO	23
1. Contextualização histórico-legal	23
2. Quadro sinótico	26
3. Lei n. 12.850/13: definição de organização criminosa	32
4. Quadro sinótico	37
Capítulo 2 – CONCEITUAÇÃO LEGAL	39
1. Conceito de organização criminosa	39
2. Quadro sinótico	42
Capítulo 3 – ESPECIFICIDADES	43
1. Características das organizações criminosas	43
2. Quadro sinótico	46
3. Aplicação extensiva da Lei n. 12.850/13	46
4. Crimes em espécie na Lei de Organização Criminosa	49
5. Quadro sinótico	54
Capítulo 4 – PENA E EFEITOS DA CONDENAÇÃO	55
1. Causa de aumento de pena	55
2. Circunstância agravante: comando da organização criminosa	57
3. Demais causas de aumento de pena: art. 2º, § 4º, I a V	58
4. Afastamento cautelar de funcionário público envolvido	63
5. Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo	64

6. Indícios da participação policial em organizações criminosas	66
7. Cumprimento de pena em estabelecimentos de segurança máxima	66
8. Impedimento de progressão e benefícios prisionais	67
9. Causas de aumento/diminuição de pena de leis correlatas	68

Capítulo 5 – OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA (EMBARAÇAMENTO DE INVESTIGAÇÃO) 71

1. Quadro sinótico	71
2. Do crime de “obstrução de justiça” (embaraçar investigação)	71
3. Exemplos de obstrução de justiça	73
4. Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação)	73
5. Previsão normativa internacional e jurisprudência do STF	76
6. Obstrução de Justiça x coação no curso do processo	78
7. Obstrução de Justiça x fraude processual	79
8. Obstrução de Justiça x exploração de prestígio	80
9. Obstrução de Justiça e prisão preventiva	80
10. Quadro sinótico	82

Capítulo 6 – COLABORAÇÃO PREMIADA 83

1. Da investigação e meios de obtenção da prova	83
2. “Colaboração judicial” na Itália: origens do instituto	84
3. “Colaboração premiada” nos Estados Unidos da América	91
4. Delação e colaboração premiadas: origens e evolução	94
5. Quadro sinótico de normas correlatas	99
6. Delação e colaboração premiadas: diferenças	99
7. Colaboração Premiada: natureza jurídica	105
8. Negócio jurídico processual	106
9. Pressupostos de validade da colaboração premiada	116
10. Meio de obtenção de prova	117
11. Início das tratativas para formalização do acordo	121
12. Do sigilo sobre os termos do acordo	122

13. Do indeferimento sumário das negociações	125
14. Termo de Confidencialidade (NDA)	126
15. Instrução no acordo de colaboração premiada	128
16. Assistência jurídica	129
17. Da não participação judicial nas negociações	131
18. Colaboração premiada ordinária: requisitos	132
19. Quadro sinótico sobre colaboração premiada ordinária	133
20. Colaboração premiada privilegiada (ou especial): requisitos	134
21. Quadro sinótico: colaboração premiada privilegiada	136
22. Cláusulas gerais orientativas da decisão	137
23. Momentos e legitimados para formalização do acordo	139
24. Quadro sinótico	142
25. Competência judicial para homologação do acordo	143
26. Quadro sinótico	145
27. Juízo de regularidade, legalidade e voluntariedade	146
28. Benefícios legais decorrentes da colaboração premiada	150
29. Direito subjetivo do colaborador aos benefícios pactuados	152
30. Postergação de oferta da denúncia/suspensão processo	159
31. Princípio da Corroboração (valor probante das declarações)	160
32. Consequências jurídicas da não celebração do acordo	161
33. Vedação de impugnação por terceiros delatados	164
34. Recusa na homologação judicial	166
35. Recurso cabível contra recusa na homologação	167
36. Retratação do acordo e não autoincriminação	169
37. Direito do delatado de se manifestar após o colaborador	171
38. Medidas vedadas por lei com base na colaboração	172
39. Da não vedação de medidas cautelares probatórias	173
40. Rescisão do acordo de colaboração	177
41. Retratação, rescisão e anulação: diferenças	178

42. Direito de arrependimento após a homologação judicial	181
43. Direitos do colaborador	182
44. Termo de acordo de colaboração premiada: conteúdo	183
45. Disposições finais sobre colaboração premiada	185
Capítulo 7 – Ação Controlada	187
1. Da ação controlada: conceito	187
2. Amplitude da ação controlada x flagrante esperado	188
3. Procedimento da ação controlada	191
4. Desnecessidade de autorização judicial	191
Capítulo 8 – Ação Controlada	195
1. Infiltração de Agentes e ação controlada	195
2. Quadro sinótico	197
3. Entrega vigiada: modalidade de ação controlada	197
4. Ação controlada: exceção à prisão em flagrante	199
5. Pressupostos e requisitos da ação controlada	200
6. Quadro sinótico sobre ação controlada	201
7. Ação controlada na Lei de Lavagem de Dinheiro	202
Capítulo 9 – Infiltração de agentes	203
1. Infiltração de agentes (<i>undercover agent</i>): conceito	203
2. Natureza jurídica da infiltração de agentes	209
3. Procedimento de infiltração	210
4. Requisitos para a infiltração	211
5. Quadro sinótico sobre infiltração policial	215
6. Infiltração virtual policial	215
7. Competência em relação aos delitos virtuais	219
8. Espécies de infiltração	220
9. Quadro sinótico: espécies de infiltração	221

10. Fases da infiltração	221
11. Responsabilidade Penal do Infiltrado	222
12. Infiltração da Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas)	224
13. Quadro sinótico: infiltração nas leis especiais	225
14. Caráter complementar da infiltração	225
15. Infiltração policial no ECA e crimes sexuais	225
16. Infiltração policial e sigilo	230
17. Infiltração policial e flagrante	233
18. Validade dos elementos colhidos na infiltração policial	233
19. Agente infiltrado e agente provocador	234
20. Quadro sinótico: diferenças	235
21. Outras normas que admitem infiltração policial	235
22. Infiltração policial e coexistência com outros instrumentos	236
23. Direitos do agente infiltrado	237
Capítulo 10 – Captação Ambiental	239
1. Captação ambiental: constitucionalidade	239
2. Captação ambiental: natureza jurídica	240
3. Captação, interceptação e escuta ambientais: conceitos	242
4. Procedimento de captação ambiental	246
5. Nova sistemática normativa da captação ambiental	247
6. Quadro sinótico: nova sistemática da captação ambiental	249
7. Captação ambiental em locais públicos	249
8. Mídias digitais: Youtube, Instagram, TikTok etc.	252
9. Artigo 28 da Lei n. 13.869/19	254
10. Quadro sinótico: captação ambiental	255
Capítulo 11 – Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais	257
1. Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais	257
2. Da requisição judicial de registros de internet: Lei 12.965/14	261

3. Obtenção de dados de localização: Google e Facebook	262
4. Acesso à “bilhetagem”	265
5. Acesso a “ERBs” (estações rádio-base)	269
6. Quadro sinótico	270
Capítulo 12 – Interceptação telefônica	271
1. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas	271
2. Requisitos e procedimento da interceptação telefônica	273
3. Perícia de confronto de voz	278
4. Desnecessidade de juntada de transcrições integrais	281
5. Prorrogação da interceptação telefônica	283
6. Fundamentação <i>per relationem</i>	287
7. Interceptação telefônica x sigilo de profissão	288
8. Interceptação telefônica executada pelo Ministério Público	292
9. Interceptação e compartilhamento: validade	294
10. Incompetência de jurisdição: validade da interceptação	296
11. ADI 4145: inconstitucionalidade da Resolução 59/08 do CNJ	297
12. O encontro fortuito de provas (princípio da serendipidade)	298
13. Interceptação de mensagens de aplicativos: WhatsApp	303
14. Necessidade de preservação da cadeia de custódia	307
15. Acesso às mensagens por decisão judicial de busca e apreensão	308
16. Autorização do proprietário do aparelho	308
17. Atendimento de chamada durante prisão: legalidade	310
18. Espelhamento de WhatsApp Web	311
Capítulo 13 – Interceptação telemática	315
1. Interceptação telemática (de e-mails)	315
2. Acesso a e-mails corporativos	317

Capítulo 14 – Quebra de sigilos financeiro, bancário e fiscal	325
1. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal	325
2. Conceito de informações financeiras, bancárias e fiscais	326
3. Tratamento normativo do sigilo bancário	326
4. Autoridades fiscais e sigilo: tema 225, do STF	330
5. CPis: poder para decreto de quebra de sigilo bancário	332
6. Ministério Público: vedação à quebra de sigilo bancário	335
7. (COAF) e MP: compartilhamento de informações sigilosas	337
8. MP: acesso direto em caso que envolva dinheiro público	338
9. Crime de quebra ilegal de sigilo bancário	338
10. Requisitos para quebra de sigilos bancário, financeiro e fiscal	338
Capítulo 15 – Cooperação	341
1. Cooperação entre instituições	341
2. Crimes ocorridos na investigação e obtenção da prova	344
3. Artigo 18 da Lei n. 12.850/13	346
4. Artigo 19 da Lei n. 12.850/13	348
5. Artigo 20 da Lei n. 12.850/13	350
6. Artigo 21 da Lei n. 12.850/13	351
7. Rito procedimental da Lei n. 12.850/13	354
8. Lei n. 12.850/13 e cabimento da prisão preventiva	356
9. Sigilo da investigação criminal (art. 23 da LCO)	359
10. Direito à prévia vista dos autos por 3 dias	365
11. Organização criminosa x associação criminosa	365
12. Quadro sinótico: associação criminosa	369
13. Organização criminosa: fatiamento de denúncias	370
14. Lei n. 12.694/12 – julgamento colegiado	370
15. Tipos de julgamentos afetos à Lei n. 12.694/12	375

PARTE II**LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI FEDERAL N. 9.613/98)**

Capítulo 16 – Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei Federal n. 9.613/98)	383
1. Origem histórica da lavagem de dinheiro	383
2. <i>Nomen iuris</i>	386
3. Conceito	387
4. Lavagem de dinheiro em cadeia	389
5. Finalidade legislativa com o crime de lavagem	389
6. Leis n. 9.613/98 (1ª geração) e 12.683/12 (3ª geração)	390
Capítulo 17 – Normatização internacional	395
1. Convenção de Viena	395
2. Declaração da Basileia	396
3. Convenção de Estrasburgo	398
4. Convenção de Palermo	399
5. Convenção de Mérida	400
Capítulo 18 – Normatização brasileira	403
1. Normatização administrativa do tema	403
2. Bem jurídico tutelado: correntes doutrinárias	422
3. Lavagem de capitais e rol aberto (<i>numerus apertus</i>)	425
4. Classificação do Crime de Lavagem	427
5. Características do Crime de Lavagem	433
6. Conflito intertemporal de leis	434
Capítulo 19 – Tipos de Lavagem	437
1. Tipos da Lavagem	437
2. Etapas (fases) da Lavagem	437
3. <i>Placement</i> (colocação)	438

4. <i>Layering</i> (dissimulação)	438
5. <i>Integration</i> (integração)	441
Capítulo 20 – Sujeito ativo e tipificação da autolavagem	445
1. Sujeito Ativo	445
2. Autolavagem	445
3. Tipo objetivo	447
Capítulo 21 – Tipos penais extensivos	451
1. Tipo penal extensivo – art. 1º, par. 1º, da Lei n. 9.613/98	451
2. Art. 1º, par. 1º, I, da Lei n. 9.613/98	451
3. Art. 1º, par. 1º, II, da Lei n. 9.613/98	452
4. Art. 1º, par. 1º, III, da Lei n. 9.613/98	453
5. Art. 1º, par. 2º, I, da Lei n. 9.613/98	454
6. Art. 1º, par. 2º, II, da Lei n. 9.613/98	455
Capítulo 22 – Aumento da pena e elemento subjetivo do tipo	461
1. Causa de aumento de pena	461
2. Causa de diminuição de pena	462
3. Tipo subjetivo: dolos direto e eventual	465
Capítulo 23 – Hipóteses mais comuns de Lavagem	475
1. Fracionamento, estruturação ou <i>smurfing</i>	475
2. <i>Commingling</i> (mescla)	480
3. Contrabando de dinheiro (espécie)	484
4. Doleiros	484
5. Empresas de fachada e empresas fantasmas (fictícias)	488
6. <i>Offshore</i> (paraísos fiscais)	490
7. Aquisição de imóveis/móveis ativos ou instrumentos monetários	497
8. Negociação fraudulenta de imóveis/móveis	498
9. Testas de ferro ou laranjas	498

10. Transferência de valores monetários	500
11. Lavagem de dinheiro na negociação de jogadores de futebol	501
12. Subfaturamento de notas fiscais de produtos	501
13. Doações	501
14. Faturamento falso em nota fiscal de serviço	503
15. Lotéricas (bilhetes premiados)	503
16. Evasão de Divisas e Sonegação fiscal	503
Capítulo 24 – Competência e procedimento	509
1. Competência: <i>ratione materiae</i> e <i>ratione loci</i>	509
2. Procedimento processual especial	512
Capítulo 25 – Infração penal antecedente e responsabilização	517
1. Art. 2º, II – independência da infração penal antecedente	517
2. Tríplíce responsabilidade: criminal, civil e administrativa	524
Capítulo 26 – Consumação e concurso de pessoas	529
1. Consumação delitiva e tentativa (<i>conatus</i>)	529
2. Concurso de pessoas	531
3. Norma penal mista	532
Capítulo 27 – Apontamentos Finais	535
1. Lavagem de dinheiro e ação controlada	535
2. Lavagem de dinheiro: cabimento de prisão preventiva	538
3. Lavagem de Dinheiro e Bem de família	541
4. Lavagem de Dinheiro e Lei Complementar 105/01	542
5. Suspensão condicional do processo: art. 366 do CPP	544
6. Citação por hora certa: art. 362 do CPP	546
7. Fiança, Liberdade Provisória e Apelo em liberdade	547
8. Medidas Assecuratórias	549
9. Princípios e procedimento	550

10. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i>	552
11. Sequestro	553
12. Embargos	557
13. Busca e apreensão	559
14. Arresto	561
15. Especialização e registro da hipoteca legal	562
16. Recurso contra o indeferimento de medidas assecuratórias	564
17. Bens em nome do investigado/acusado ou terceiros	566
18. Inversão do ônus da prova para liberação de bens	567
19. Comparecimento pessoal do acusado nos pedidos de restituição	570
20. Alienação antecipada de bens	570
21. Ação controlada	577
22. Administração dos bens	579
23. Efeitos da condenação	583
24. Bens provenientes de crimes praticados no estrangeiro	588
25. Obrigações dos operadores financeiros (arts. 9º a 11)	593
26. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras	599
27. Constitucionalidade no compartilhamento de informações	605
28. Disposições gerais	607
29. Jurisprudência temática do STJ: crime de lavagem de capitais	610
Bibliografia	615